



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

## SENTENÇA

**Processo nº:** 0050782-52.2020.8.06.0071  
**Apensos:** Processos Apensos << Informação indisponível >>  
**Classe:** Procedimento Comum Cível  
**Assunto:** Obrigação de Fazer / Não Fazer  
**Requerente:** Noemisa Menezes de Souza Maciel  
**Requerido:** Procuradoria Geral do Município de Crato e outro

### Vistos, etc...

Trata-se de **Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de Urgência Antecipada** ajuizada por **Noemisa Menezes de Souza Maciel** em face do **Município do Crato e Estado do Ceará**, mediante as razões expendidas na exordial de fls. 01/19.

Alega, em síntese, que é portadora de **Fibrose Pulmonar Idiopática**(CID10 – J84.1) e necessita, com urgência, de tratamento com o medicamento **Nintedanibe 150mg(60comp/mês)**, para evitar agravamento da doença com insuficiência respiratória e óbito. Disse que o medicamento não está na lista de protocolo SUS e que não existem outros tratamentos disponibilizados pelo SUS, reafirmando a necessidade de tratamento com a medicação prescrita e a sua incapacidade financeira de adquirir o fármaco. Acrescentou que solicitou a medicação aos promovidos, tendo o Estado do Ceará silenciado e o Município do Crato informado que não disponibiliza o medicamento, pelo que requereu a concessão de tutela de urgência determinando que os promovidos forneçam o suporte nutricional e a procedência final do pedido.

Com a inicial vieram os documentos de págs. 20/50.

Deferida a gratuidade judiciária e a tutela de urgência(págs. 51/53).

Os réus foram citados e as pares intimadas acerca da concessão da liminar, tendo o Estado do Ceará informado sobre a abertura de procedimento de compra do medicamento (págs. 54/72).

O Município do Crato apresentou contestação alegando que o medicamento é de alto custo e, portanto, deve ser adquirido pelo Estado do Ceará. Disse que não se opôs ao fornecimento do medicamento e requereu a improcedência do pedido(págs. 74/75).

A parte autora apresentou réplica(págs. 81/104)

O Estado do Ceará deixou transcorrer "*in albis*" o prazo para contestar(pág. 110).

O Ministério Público opinou pela procedência parcial do pleito(págs. 114/122).

### É o Relatório.

### Decido.

Inicialmente, **decreto a revelia do Estado do Ceará**, posto que deixou transcorrer "*in albis*" o prazo contestatório, porém, sem gerar os efeitos que lhe são inerentes, pois a lide versa sobre direitos indisponíveis (art. 344 e 345, do NCPC).

Destaco, ainda, que o feito prescinde da realização de audiência de instrução, pois a prova produzida é suficiente para julgamento, em atenção ao princípio do razoável tempo do processo positivado no



# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.lcivel@tjce.jus.br

art. 5º, LVIII, da CF, e na forma do art. 355, I, do NCPC.

Com relação ao mérito, convém destacar que o pleito autoral se funda em princípios constitucionais inerentes a manutenção da saúde e preservação da vida, bem como nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, constantes na Carta Magna e Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde.

Neste sentido, o STJ tem reiteradamente decidido que: *"A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento"*.

Destarte, deve ser mantida absoluta prioridade no tocante à proteção da saúde e vida digna. Para tanto, a Constituição Federal preconiza o dever do Estado e demais entes federativos em providenciar a saúde, através de políticas públicas (art. 196 CF). Esta norma possui eficácia plena e aplicabilidade imediata, conforme o § 1º, do art. 5º, da Constituição Federal.

Não se pode olvidar que o Poder Público, em sua face executiva, não possui o monopólio na prestação dos serviços de saúde, e estes serviços, por serem mal prestados, muitas das vezes obrigam a população a arcar com os planos de saúde privados, daí não merecendo prosperar a alegação de que a determinação judicial de realização do procedimento fere os princípios da legalidade, separação dos poderes e isonomia.

Na espécie, as provas apresentadas demonstram a patologia sofrida pela autora; a necessidade de tratamento com a medicação prescrita e a sua comprovada hipossuficiência financeira para aquisição do fármaco, devendo prevalecer o direito constitucional à saúde e a obrigação solidária dos entes públicos na garantia deste direito, conforme pacificada jurisprudência:

**AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. DIREITO À SAÚDE. REALIZAÇÃO DE CIRURGIA INDISPENSÁVEL À MANUTENÇÃO DA SAÚDE DA APELADA, PORTADORA DE CATARATA NO OLHO ESQUERDO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES PÚBLICOS PELA GARANTIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE. SUPREMACIA DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL IRREGULAR DO MUNICÍPIO. REVELIA. INAPLICABILIDADE DOS SEUS EFEITOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA EM SE TRATANDO DE DIREITOS INDISPONÍVEIS.** Inteligência do art. 320, II do CPC. Honorários advocatícios em favor do CEJUR-DPGE. Quantum fixado que deve ser reduzido, em observância aos Enunciados nº 182 e 221 deste E. TJERJ. Precedentes jurisprudenciais. Recurso a que se dá parcial provimento, com fulcro no art. 557, parágrafo 1º-A do Código de Processo Civil (Processo APL 00002548720138190009 RJ 0000254-87.2013.8.19.0009; Órgão Julgador SEGUNDA CAMARA CIVEL; Publicação 02/10/2014; Julgamento 29 de Setembro de 2014; Relator DES. CLAUDIA TELLES DE MENEZES).

Inobstante o entendimento acima expressado acerca da responsabilidade solidária dos entes federativos, é sabido que o magistrado pode deferir medida liminar ou definitiva direcionando o cumprimento da obrigação a um determinado ente público, de acordo com as regras administrativas de competências, conforme Enunciado nº 60, da II Jornada de Direito da Saúde do CNJ, senão vejamos:

**Enunciado 60 – Saúde Pública - A responsabilidade solidária dos entes da Federação não impede que o Juízo, ao deferir medida liminar ou definitiva, direcione inicialmente o seu cumprimento a um determinado ente, conforme as regras administrativas de repartição de competências, sem prejuízo do redirecionamento em caso de descumprimento.**

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Crato

1ª Vara Cível da Comarca de Crato

Rua Álvaro Peixoto, S/N, São Miguel - CEP 63100-000, Fone: ZAP(88)98002489, Crato-CE - E-mail: crato.1civel@tjce.jus.br

Entretanto, este direcionamento não importa em divisão de responsabilidade dos entes federativos, pois, compete ao Poder Público como um todo o atendimento integral das questões relacionadas à saúde, motivo pelo qual é imperiosa a manutenção da obrigação solidária dos entes públicos.

No caso concreto, o medicamento reclamado é de alto custo, razão pela qual nada impede que seu fornecimento seja direcionado para o Estado do Ceará, até mesmo em razão da sua maior capacidade financeira, sem retirar do Município do Crato a sua responsabilidade solidária em caso de descumprimento.

**Isto posto** e o mais que dos autos consta, **Julgo Procedente** o pedido autoral, condenando os promovidos na obrigação de *fornecer ao promovido o medicamento Nintedanibe 150mg(60comp/mês), devendo o seu cumprimento ficar, inicialmente, a cargo do Estado do Ceará, sem prejuízo do redirecionamento para o Município do Crato, em caso de descumprimento*, por conseguinte, **Extingo o Processo**, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do NCPC.

Deixo de condenar o Estado do Ceará no pagamento de honorários advocatícios, considerando o disposto na Súmula 421, do STJ.

Condeno o Município do Crato no pagamento de honorários advocatícios, no valor de R\$ 400,00(quatrocentos reais), considerando que esta verba honorária não tem caráter alimentar, pois destinada ao Fundo de Reaparelhamento da Defensoria Pública (FADEP).

Sem custas.

Após o trânsito em julgado, archive-se.

P. R. I. C.

Crato/CE, 16 de março de 2021.

**Jose Batista de Andrade**

Juiz de Direito Titular